



CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

APRESENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARACANAÚ - ABRIL DE 2026

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE



A Câmara Municipal de Maracanaú dá início, com este documento, a uma nova etapa de sua trajetória institucional. A criação do Observatório de Políticas Públicas representa um avanço significativo no fortalecimento do Poder Legislativo, consolidando o compromisso desta Casa com a transparência, a modernização administrativa e o diálogo permanente com a sociedade.

Vivemos um tempo em que a informação qualificada se tornou um instrumento essencial para a boa governança. A atuação do poder público exige cada vez mais decisões fundamentadas em dados, análises e evidências concretas. É nesse contexto que o Observatório de Políticas Públicas surge como um espaço técnico, permanente e estruturado para a organização, o tratamento e a interpretação das informações produzidas pelo Legislativo e pelas demandas que chegam da população maracanauense.

O Observatório nasce com a missão de transformar dados em conhecimento, e conhecimento em instrumento de aprimoramento das políticas públicas. Sua função vai além da simples compilação de informações: ele permite compreender padrões, identificar gargalos, apontar prioridades e oferecer subsídios para decisões mais

responsáveis e eficientes, tanto no âmbito legislativo quanto no diálogo institucional com o Poder Executivo.

A Câmara Municipal de Maracanaú é, por excelência, o espaço onde se manifestam as vozes da população. As Indicações Legislativas expressam com clareza os anseios dos bairros, das comunidades e das famílias do nosso município. Ao analisar de forma sistemática essas demandas, o Observatório fortalece o papel do vereador como representante direto da sociedade.

Este documento inaugura oficialmente a atuação pública do Observatório, apresentando à sociedade seu primeiro estudo técnico: a análise das Indicações Legislativas dos vereadores. Trata-se de uma radiografia fiel das necessidades do município, construída a partir da própria atuação parlamentar.

Mais do que um instrumento interno, o Observatório de Políticas Públicas é uma ferramenta de cidadania. Ao disponibilizar informações de forma clara, acessível e organizada, a Câmara amplia o controle social, fortalece a participação popular e aproxima o cidadão das decisões que impactam sua vida.

A implementação do Observatório também representa um esforço de integração institucional. Ele fortalece o diálogo entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade, criando um ambiente favorável à cooperação, ao planejamento e à eficiência administrativa.

Como Presidente desta Casa, tenho a convicção de que o Observatório de Políticas Públicas será um marco na história da Câmara Municipal de Maracanaú. Ele consolida uma visão de futuro, na qual o Parlamento atua não apenas como produtor de leis, mas como indutor de políticas públicas mais justas, eficientes e alinhadas às reais necessidades da população.

Reafirmo, assim, o compromisso desta Presidência com uma Câmara aberta, moderna, transparente e comprometida com o desenvolvimento

de Maracanaú. Que este Observatório seja um instrumento permanente de aprimoramento da gestão pública e de fortalecimento da democracia.

Maracanaú avança quando suas instituições evoluem. E a Câmara Municipal seguirá evoluindo, sempre ao lado do cidadão.

RAPHAEL PESSOA

Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú – Janeiro de 2026



OBSERVATÓRIO
— DE POLÍTICAS PÚBLICAS —
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ



ESTUDO TÉCNICO

INDICAÇÕES LEGISLATIVAS 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ



Luciana Ribeiro de Borba

Diretora do Departamento Legislativo

INTRODUÇÃO

O presente experimento, fruto do trabalho em conjunto do Departamento Legislativo e do Observatório de Políticas Públicas da Câmara Municipal de Maracanaú, tem como objetivo analisar a produção legislativa do parlamento municipal, especificamente quanto à propositura das Indicações Legislativas, no aspecto quantitativo e acerca das áreas de solicitação, buscando identificar e desenhar o cenário factual mais aproximado da realidade municipal.

O Observatório de Políticas Públicas da Câmara Municipal de Maracanaú, criado pela Resolução de nº 07/025, possui o propósito de consolidar os dados municipais, objetivando subsidiar e fomentar a democratização do processo de produção e fiscalização das políticas públicas, contribuindo para melhor integração das atividades desenvolvidas pelos órgãos da Administração Pública.

O objeto para coleta dos dados foi a proposição legislativa “Indicação”, de autoria parlamentar, com solicitação de ações de interesse público, cuja competência e execução divergem da iniciativa parlamentar.

Os arquivos de indicações do parlamento municipal constituem uma verdadeira caixa de ressonância da sociedade, propagando as solicitações e reclamações da população local, pois expressam, via de regra, as demandas que chegam aos vereadores, o agente político mais próximo da população.

A coleta de dados utilizou as 2.082 Indicações protocoladas pelos parlamentares no ano de 2025, período que coincide com a instituição da referida proposição legislativa.

Foram analisados os seguintes dados:

I - Solicitações por vereador;

II – Solicitações por áreas específicas;

III – Solicitações por bairros;

IV – Solicitações por Secretarias;

Os gráficos obtidos revelam, a priori, uma mera representação das solicitações, mas a análise desses objetos permite a compreensão do comportamento legislativo e da responsividade democrática.

De posse dos números, foi realizada a análises dos dados, possibilitando a identificação do cenário municipal, com informações que podem subsidiar as ações do Poder Executivo, além da consequente adequação dos procedimentos internos e externos deste Poder Legislativo, consubstanciando a essência do Observatório de Políticas Públicas.

2 – DAS INDICAÇÕES

2.1 – Definição e previsão

A Indicação Legislativa é uma proposição prevista no Regimento Interno deste Poder, nos seguintes termos:

“Art. 136. São modalidades de proposições:

...

IX - as indicações;

...

Art. 137. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 138. Projetos de lei, de decreto legislativo, resolução, indicação e substitutivo deverão trazer a justificação por escrito”

Indicação é, pois, a proposição legislativa, de autoria parlamentar, regulamentada pelo art. 159 da Resolução nº 001/2025 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Maracanaú, por meio da qual são sugeridas solicitações de medidas de interesse público aos órgãos competentes, encaminhada logo após sua leitura em plenário, prescindido de votação e/ou aprovação.

A definição, simples e geral, até então parecia adequada para embasar o recebimento e encaminhamento das solicitações dos parlamentares. Todavia, durante este trabalho, foi observada a necessidade de uma melhor definição e padronização, visando à eficácia e resolutividade das demandas apresentadas.

2.2 – Do quantitativo

De 02 de janeiro a 17 de dezembro de 2025, foram protocoladas, lidas e encaminhadas – conforme previsão regimental - 2.082 indicações, de autoria de todos os 21(vinte e um) vereadores em exercício. Deve-se destacar que 02 (dois) vereadores eleitos licenciaram-se para assumir cargo no secretariado municipal, e em 07 de janeiro, as cadeiras vagas foram ocupadas pelos suplentes, iniciando, então, o período da análise, com o universo parlamentar completo.

2.3 – Do conteúdo das Indicações

Para análise do conteúdo das indicações, foi realizada a depuração de cada indicação. E logo foi verificada a existência de pontos que precisaram ser definidos.

Algumas indicações traziam a solicitação de mais de um pedido, o que dificulta uma classificação mais objetiva. Nesses casos, foi registrada

a primeira solicitação, desconsiderando-se as seguintes, de modo a evitar uma classificação evitada de subjetividade.

Foi verificado, também, que existem indicações nas quais o parlamentar faz solicitações diversas, algumas vezes, para diferentes locais (p.ex. Ind 576/25), fazendo surgir o questionamento acerca da necessidade de limitação, de forma a ser mais fidedigna a análise, encaminhamento e a fiscalização quanto ao cumprimento das solicitações.

Não há uniformidade, também, quanto à determinação exata do local do pedido. Algumas indicações não fazem referência ao bairro, outras fazem solicitações para todo o município. Existem, ainda, indicações endereçadas a órgãos estaduais. Nesse último caso, os pedidos fazem referência a iniciativas de outras esferas, mas de serviços a serem executados no município.

O texto da indicação é de responsabilidade do gabinete do vereador, não havendo regulamentação mais acurada sobre o tema, fato que gera indicações sem padronização, dificultando as análises objetivas.

2.4 – Do endereçamento

Não há previsão de obrigatoriedade de endereçamento específico, cabendo ao gabinete decidir, no texto da proposição, o órgão ao qual deve ser encaminhada a solicitação.

Algumas indicações – as que contêm demandas municipais - são encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo. Outras são encaminhadas diretamente aos responsáveis pelos órgãos e/ou pastas competentes. Há, ainda, as que são encaminhadas a mais de 01 (um) destinatário, inclusive

pessoa física, tornando inequívoca a necessidade de padronização das proposições.

Verificada a falta de uniformidade nos textos, indaga-se acerca da viabilidade dessa obrigatoriedade de padronização, uma vez que a autoria do texto é de responsabilidade do gabinete. Mas, fato é que, a falta de indicação por parte do solicitante transfere a responsabilidade da indicação para servidor do órgão, que, agindo sem normatização, pode influenciar, inclusive de forma negativa, o prosseguimento da demanda.

2.5 – Da classificação

Conforme dito alhures, foi preciso estabelecer alguns critérios para a classificação realizada.

Nas indicações com mais de um destinatário, foi dada preferência ao gestor de maior proximidade temática com a solicitação. Não foi realizada, porém, nenhuma inserção subjetiva dos destinatários. Desta feita, por mais que pudesse ser atribuído o destinatário correto, a classificação ficou restrita às determinações recebidas em cada proposição legislativa.

Para a classificação dos pedidos foi preciso estabelecer agrupamentos, de modo a facilitar a categorização.

Destaca-se a problemática encontrada na nomenclatura dos bairros indicados pelos parlamentares. Algumas indicações não traziam sequer a identificação do bairro, mas pela localização foi possível fazer a referência. Outras, e em número razoável, indicavam bairros que não são reconhecidos oficialmente pelo município, conforme informação constante do sítio eletrônico da prefeitura de Maracanaú (<https://www.maracanau.ce.gov.br/bairros/>). Essa divergência gerou dificuldades para a classificação, mas ressalta a necessidade de que o presente estudo seja utilizado para a realização de um dos principais objetivos do Observatório de Políticas Públicas de Maracanaú, qual seja, a produção legiferante de acordo com as reais necessidades da população.

3 - DO SISTEMA ASSESI

A Câmara Municipal de Maracanaú utiliza os softwares disponibilizados pela ASSESI BRASIL LTDA, que permitem o protocolo eletrônico e a inserção manual das proposições protocoladas no Departamento Legislativo, disponibilizando, em tempo real, e de maneira acessível, a transparência exigida pela Constituição Federal e pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A análise dos dados permite a exportação dos dados tanto para os servidores, de forma interna, quanto de forma externa, tornando possível a análise por parte de cidadãos, contribuindo para fiscalização por meio da accountability vertical.

Este sistema possibilita a exportação das informações, permitindo a coleta e análise dos dados, sendo utilizado como base para a presente pesquisa.

4 – DAS ANÁLISES

4.1 – Das solicitações dos vereadores

Utilizando o sistema Assesi, utilizado pela Câmara Municipal de Maracanaú, foi possível identificar e separar as proposições de cada vereador, protocoladas no período de 02 de janeiro a 17 de dezembro de 2025, dispostas por assuntos, bairros e secretarias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise estatística das indicações legislativas do ano de 2025 revelou que, em sua maioria, os encaminhamentos são direcionados ao Gabinete do Prefeito, seguido pela Secretaria de Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano, o que permite inferir que

há certa preocupação dos parlamentares com demandas relacionadas a obras, serviços públicos e manutenção urbana.

Também foram observados encaminhamentos diretamente ao prefeito municipal, sem que tenha sido identificado um padrão claro quanto ao tipo de solicitação ou à motivação dessas escolhas, mesmo quando a solicitação era típica de uma pasta específica. Esse comportamento indica uma flexibilidade nos fluxos institucionais das indicações, o que pode refletir tanto estratégias políticas específicas quanto a ausência de diretrizes uniformes para o direcionamento das demandas legislativas.

A maior problemática enfrentada neste estudo, a saber, a utilização de denominações de bairros não reconhecidos oficialmente, serve de subsídio para a produção de uma das primeiras ações do Observatório de Políticas Públicas de Maracanaú. Deve-se, então, analisar a viabilidade de estudos técnicos, análises institucionais e a realização de reuniões com as secretarias municipais competentes, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um projeto de lei voltado à oficialização e à redefinição dos limites territoriais dos bairros do município de Maracanaú

Por fim, o estudo reforça a importância das Indicações como instrumento de participação parlamentar na formulação e monitoramento de políticas públicas, ao mesmo tempo em que aponta oportunidades de padronização e maior transparência nos processos de encaminhamento.

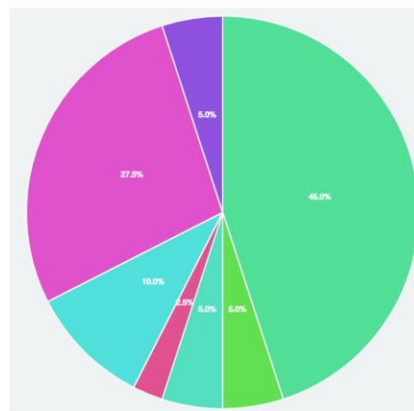
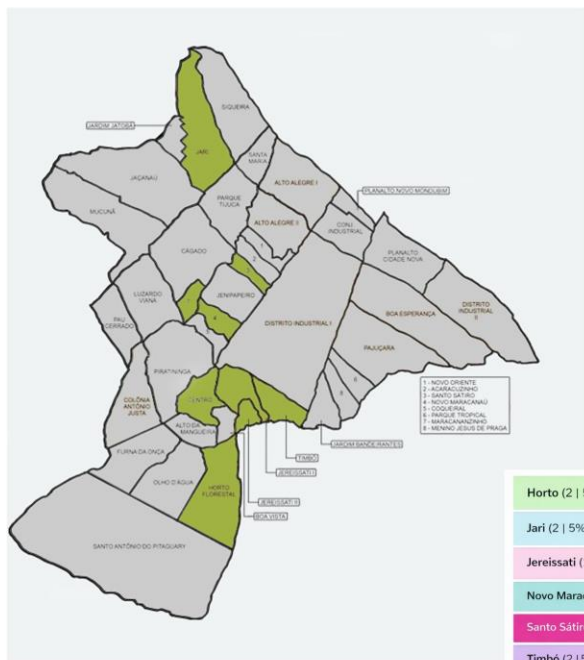


OBSERVATÓRIO
— DE POLÍTICAS PÚBLICAS —
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ



GRÁFICOS DAS INDICAÇÕES DE VEREADORES POR BAIRRO EM 2025





Horto (2 5%)	2	5,00%
Jari (2 5%)	2	5,00%
Jereissati (1 2,5%)	1	2,50%
Novo Maracanaú (4 10%)	4	10,00%
Santo Sático (11 27,5%)	11	27,50%
Timbó (2 5%)	2	5,00%

Análise Técnica - Indicações dos Vereadores sobre Coleta de Lixo por Bairro – Janeiro a Dezembro de 2025

A análise das indicações dos vereadores relacionadas à coleta de lixo no período de janeiro a dezembro de 2025 evidencia a distribuição territorial das demandas por serviços de limpeza urbana no município, permitindo identificar áreas com maior recorrência de problemas e subsidiar o planejamento da gestão pública.

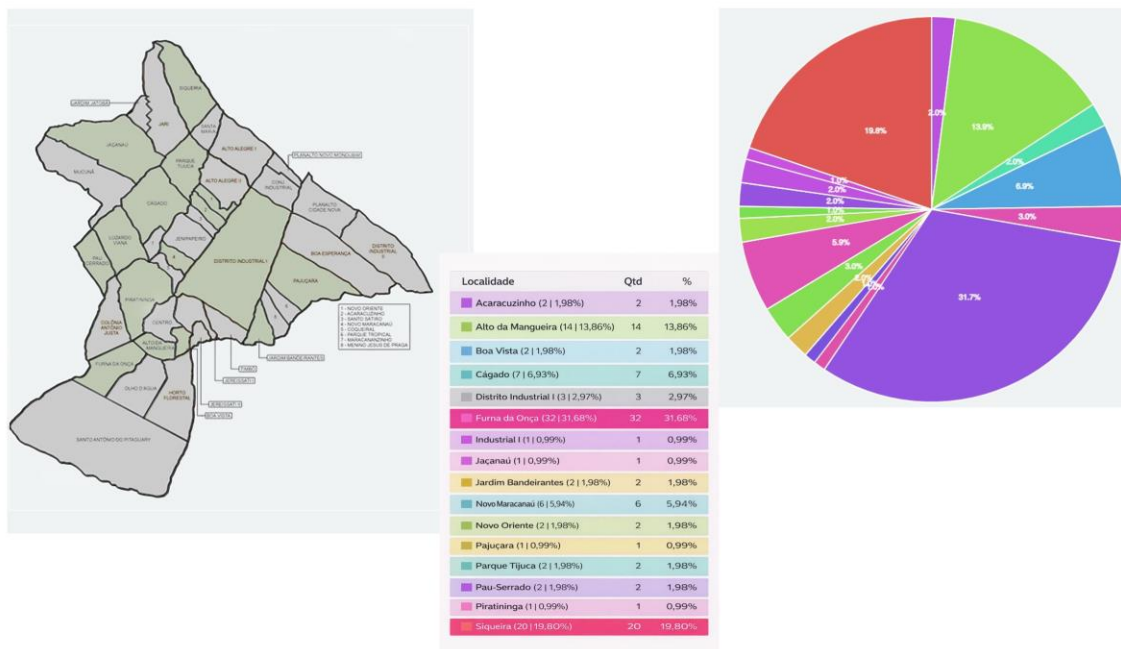
Os dados demonstram concentração significativa das indicações em poucos bairros, indicando desigualdade na manifestação das demandas ou na qualidade do serviço prestado. O bairro Horto concentra 45% das indicações, configurando-se como a principal área demandante de intervenções, o que pode refletir falhas operacionais recorrentes, crescimento urbano acelerado ou dificuldades logísticas na execução da coleta.

Em seguida, o bairro Santo Sátirio registra 27,5% das indicações (11 registros), demonstrando persistência de problemas ao longo do período analisado e necessidade de acompanhamento contínuo. O bairro Novo Maracanaú aparece com 10% (4 indicações), apresentando demanda intermediária por melhorias no serviço.

Os bairros Jari e Timboó registram 5% cada (2 indicações), enquanto Jereissati I apresenta 2,5% (1 indicação), indicando baixa recorrência formal de solicitações. A maioria dos bairros do município não apresentou registros no período, o que pode estar associado à regularidade do serviço, à subnotificação das demandas ou à ausência de encaminhamento formal por parte da população.

A leitura conjunta do gráfico e do mapa territorial indica que a política de coleta de lixo em 2025 apresentou caráter predominantemente reativo, baseada em solicitações pontuais encaminhadas ao Legislativo, em detrimento de um modelo preventivo, orientado por diagnóstico técnico e indicadores operacionais.

Diante desse cenário, recomenda-se que a administração municipal utilize essas informações para reorganizar o planejamento dos roteiros de coleta, priorizar áreas com maior reincidência de demandas, fortalecer o monitoramento do serviço e ampliar a transparência na resposta às indicações parlamentares, contribuindo para a melhoria da eficiência e da equidade na prestação do serviço público.



Análise Técnica – Indicações dos Vereadores sobre Iluminação Pública por Bairro (Janeiro a Dezembro de 2025)

O gráfico apresenta a distribuição das indicações parlamentares relacionadas à iluminação pública no período de janeiro a dezembro de 2025, permitindo identificar a concentração territorial das demandas e os padrões de recorrência dos problemas no município.

Os dados evidenciam forte concentração das indicações em poucos bairros, indicando desigualdade na qualidade do serviço ou na capacidade de formalização das demandas. O bairro Jardim da Onça concentra 31,68% das indicações (32 registros), configurando-se como a principal área demandante de intervenções, o que sugere falhas estruturais persistentes na rede de iluminação ou elevada vulnerabilidade urbana.

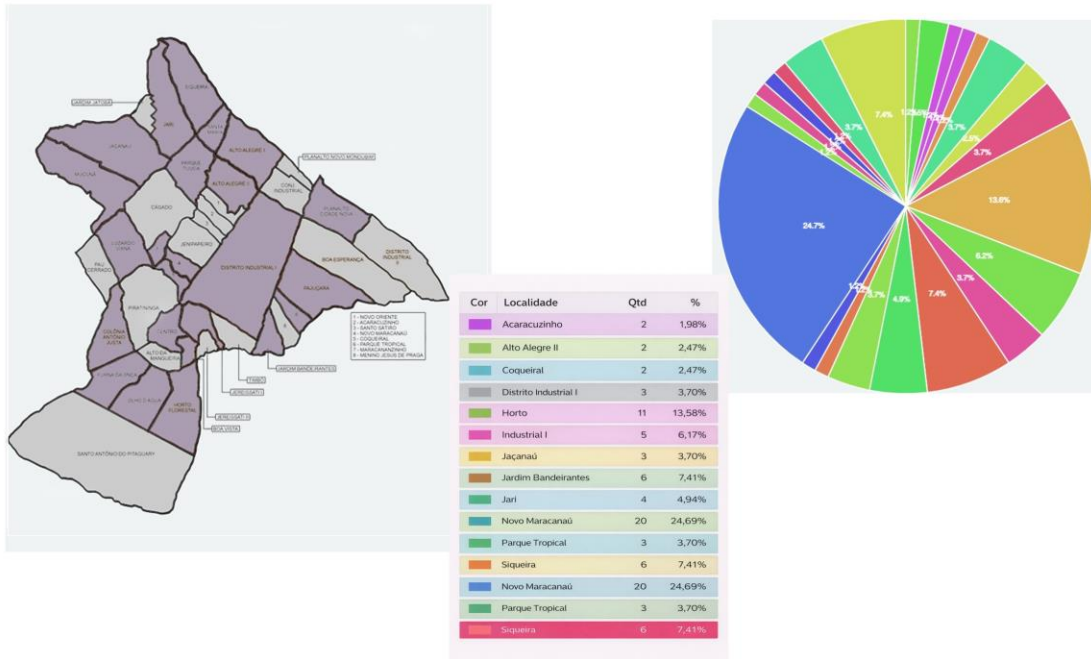
Em seguida, destaca-se o bairro Siqueira, com 19,80% (20 indicações), também apresentando elevada recorrência de solicitações ao longo do ano. O bairro Alto da Mangueira registra 13,86% (14 indicações), ocupando a terceira posição em volume de demandas.

Outros bairros apresentam participação intermediária ou residual, como Cágado (6,93%), Novo Maracanaú (5,94%) e Distrito Industrial (2,97%), enquanto diversas localidades registram apenas uma ou duas indicações (percentuais entre 0,99% e 1,98%), indicando baixa recorrência formal de reclamações.

A análise espacial do mapa reforça que as indicações estão territorialmente concentradas em áreas específicas, revelando possível correlação entre problemas de iluminação, expansão urbana, infraestrutura deficiente ou maior densidade populacional. Ao mesmo tempo, a ausência de registros em parte do território pode indicar regularidade do serviço, subnotificação ou menor articulação comunitária.

Do ponto de vista da política pública, o padrão observado caracteriza uma atuação reativa e focalizada, baseada em demandas pontuais encaminhadas pelos vereadores, em detrimento de um planejamento preventivo sustentado por diagnóstico técnico da rede de iluminação.

Conclui-se que o gráfico constitui instrumento relevante para o monitoramento das políticas urbanas, permitindo ao Observatório de Políticas Públicas identificar áreas críticas, orientar prioridades de investimento e subsidiar ações voltadas à equidade territorial e à eficiência do serviço de iluminação pública.



Análise Técnica – Indicações dos Vereadores sobre Drenagem por Bairro (Janeiro a Dezembro de 2025)

O gráfico apresenta a distribuição das indicações parlamentares relacionadas à drenagem urbana no período de janeiro a dezembro de 2025, permitindo identificar as áreas com maior recorrência de problemas de escoamento de águas pluviais e infraestrutura de drenagem.

Os dados evidenciam concentração significativa das indicações em poucos bairros, indicando vulnerabilidade estrutural em determinadas regiões do município. O bairro Novo Maracanaú concentra 24,69% das indicações (20 registros), configurando-se como a principal área demandante de intervenções em drenagem, o que sugere recorrência de alagamentos, insuficiência de galerias pluviais ou impactos da expansão urbana.

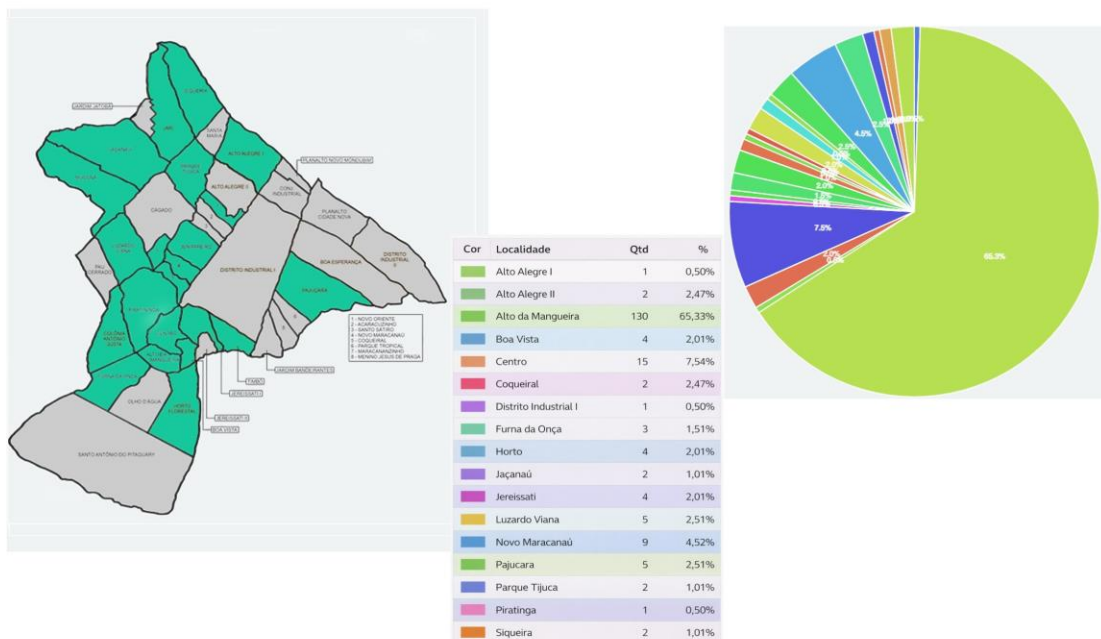
O bairro Horto aparece em seguida com 13,58% (11 indicações), indicando problemas relevantes e persistentes ao longo do período analisado. Já os bairros Jardim Bandeirantes e Siqueira registram 7,41% cada (6 indicações), demonstrando nível intermediário de demandas por melhorias.

Outros bairros, como Industrial I (6,17%), Jari (4,94%), Distrito Industrial I (3,70%), Parque Tropical (3,70%) e Jacanaú (3,70%), apresentam participação moderada, enquanto diversas localidades registram apenas uma ou duas indicações, com percentuais inferiores a 2,5%.

A análise espacial do mapa indica que as áreas com maior volume de indicações concentram-se em regiões com maior adensamento urbano e histórico de problemas de drenagem, reforçando a necessidade de intervenções estruturais e planejamento integrado entre drenagem, pavimentação e ocupação do solo.

Do ponto de vista da gestão pública, o padrão observado revela uma política de drenagem predominantemente reativa, baseada em solicitações pontuais encaminhadas ao Legislativo, em vez de ações preventivas fundamentadas em diagnóstico técnico e mapeamento de risco hidrológico.

Conclui-se que o gráfico constitui ferramenta estratégica para o Observatório de Políticas Públicas, ao permitir a identificação de áreas críticas de risco urbano, subsidiando a priorização de investimentos e a adoção de políticas mais eficientes e equitativas de infraestrutura de drenagem.



Análise Técnica – Indicações dos Vereadores sobre Redutores de Velocidade por Bairro (Janeiro a Dezembro de 2025)

O gráfico apresenta a distribuição das indicações parlamentares relacionadas à implantação de redutores de velocidade no período de janeiro a dezembro de 2025, evidenciando os padrões territoriais das demandas por segurança viária no município.

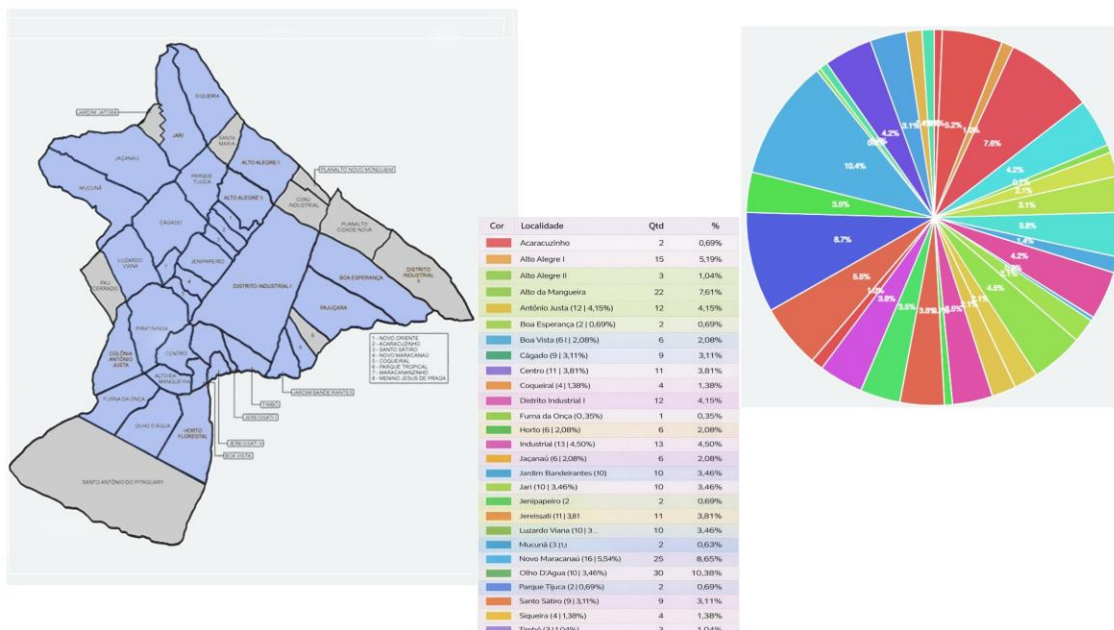
Os dados revelam concentração extremamente elevada das indicações em um único bairro, o que demonstra foco específico de risco viário. O bairro Alto da Mangueira concentra 65,33% das indicações (130 registros), configurando-se como a principal área demandante de intervenções, indicando elevado número de ocorrências de excesso de velocidade, acidentes ou percepção de insegurança no tráfego local.

O bairro Centro aparece em segundo lugar, com 7,54% (15 indicações), seguido por Novo Maracanaú com 4,52% (9 indicações). Os demais bairros apresentam participações inferiores a 3%, como Pajucara (2,51%), Luzardo Viana (2,51%), Boa Vista (2,01%), Horto (2,01%), Jereissati (2,01%) e Furna da Onça (1,51%), entre outros.

A leitura espacial do mapa reforça que as demandas se concentram em áreas residenciais com fluxo intenso de veículos, vias coletoras ou corredores de ligação entre bairros, onde a ausência de dispositivos de moderação de tráfego aumenta o risco de sinistros.

Do ponto de vista da política pública, o padrão observado indica uma atuação reativa e altamente focalizada, baseada em demandas pontuais encaminhadas pelos vereadores, em vez de um planejamento sistemático de segurança viária orientado por estudos de tráfego, dados de acidentes e hierarquização viária.

Conclui-se que o gráfico constitui instrumento relevante para o monitoramento da política de mobilidade urbana, ao evidenciar desequilíbrio territorial nas demandas por segurança viária, devendo subsidiar a adoção de critérios técnicos para priorização de intervenções e fortalecimento de políticas preventivas de redução de acidentes.



Análise Técnica – Indicações dos Vereadores sobre Pavimentação por Bairro (Janeiro a Dezembro de 2025)

O gráfico apresenta a distribuição das indicações parlamentares relacionadas à pavimentação urbana no período de janeiro a dezembro de 2025, permitindo identificar os padrões territoriais das demandas por infraestrutura viária no município.

Os dados demonstram distribuição mais dispersa das indicações quando comparada a outras políticas urbanas, indicando que a necessidade de pavimentação é um problema estrutural e amplamente distribuído entre os bairros.

O bairro Novo Maracanaú concentra o maior volume de indicações, com 8,65% (25 registros), seguido por Olho D'Água, com 10,38% (30 registros), configurando-se como áreas prioritárias para intervenções. O

bairro Alto da Mangueira aparece com 7,61% (22 indicações), evidenciando demanda relevante e persistente.

Outros bairros apresentam participação intermediária, como Industrial I (4,50%), Antônio Justa (4,15%), Jereissati (3,81%), Centro (3,81%), Cágado (3,11%), Santo Sátirio (3,11%), Jardim Bandeirantes (3,46%), Jari (3,46%) e Luzardo Viana (3,46%), indicando capilaridade das demandas por melhorias viárias.

A análise espacial mostra que a quase totalidade do território municipal apresenta registros de solicitações, reforçando que a pavimentação é uma política pública de caráter transversal, com impacto direto na mobilidade, segurança, drenagem e qualidade de vida da população.

Do ponto de vista da gestão pública, o padrão observado sugere que as intervenções ocorreram de forma reativa e fragmentada, baseadas em indicações pontuais, em detrimento de um plano estruturado de pavimentação orientado por critérios técnicos, hierarquização viária e integração com drenagem e mobilidade urbana.

Conclui-se que o gráfico constitui ferramenta essencial para o planejamento municipal, evidenciando a necessidade de programa contínuo e territorialmente equilibrado de pavimentação, com priorização técnica e monitoramento permanente das demandas.



VEREADORES



Amanda Rodrigues

Amanda Oliveira Rodrigues Portela



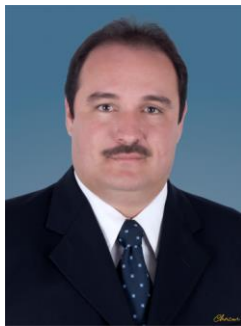
Anderson Sousa Et

Antônio Anderson Sousa Macedo



Capitão Martins

Josué Martins Ferreira



Carlos Alberto

Carlos Alberto Gomes de Matos Mota



Cristina Oliveira

Teresa Cristina de Oliveira Gomes



Demir Peixoto

José Valdeemi Gomes Peixoto



Dona Bruna

Bruna da Silva Lourenço



Dr. Patriarca

José Patriarca Neto



Edízio Moreira

Edízio Moreira da Silva



Inspetor Moraes

Antônio da Silva Moraes



Ivonaldo Lima

Francisco Ivonaldo Pereira Lima



João Bodó

João Batista Teófilo de Lima



Jota Filho

Joacilio Oliveira Lima Filho



Júlio Cesar

Júlio César Costa Lima



Léo Sales

Leonardo Sales de Sousa Fernandes



Manoel Correia

Manoel Vieira Correia



Michele Rosa

Michele Duarte Rosa Araujo



Paulo Henrique

Paulo Henrique Costa da Silva



Rafael Lacerda

Rafael Cavalcante Lacerda



Raphael Pessoa

Raphael Pessoa Mota



Silvana Maciel

Silvana Maria Alves Maciel



OBSERVATÓRIO
— DE POLÍTICAS PÚBLICAS —
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ



EQUIPE TÉCNICA

DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Supervisão Geral – **Antonio Vasques, DSc**

Assistente de apoio técnico e operacional –
Glauco Barros

Diretora Geral – **Cirlane Cruz**

Ouvidora Parlamentar Geral –
Francisca Francineires Paulo

Agente Administrativo –
Francisco Gerlanio Sinésio Dantas